



UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

SÚMULA DO PROJETO PEDAGÓGICO

CURSO DE DIREITO

**Unidade
Campus - Francisco Beltrão
2008**



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

1. HISTÓRICO DO CURSO

A trajetória da Universidade Paranaense - UNIPAR é marcada de talento e criatividade que culminaram no sucesso e crescimento verificado até hoje. Até se tornar este complexo que reúne mais de vinte e um mil estudantes, passou por fases que deixou e continua deixando marcas indeléveis na formação cultural das comunidades de sua área de influência.

Tudo começou no início da década de 70, com a criação da Associação Paranaense de Ensino e Cultura - APEC, que fez nascer em Umuarama uma faculdade com objetivos bem traçados: oferecer cursos de graduação nas áreas de Licenciatura em Pedagogia, Matemática, Estudos Sociais e Letras, e, ao mesmo tempo, desenvolver projetos que colaborassem efetivamente para impulsionar ainda mais o desenvolvimento do Estado do Paraná.

A partir de 1980, novos cursos surgiram: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito e, logo depois, cursos na área de saúde, sendo Psicologia e Farmácia os primeiros. Em 1980 iniciaram os projetos de pesquisa e de extensão e cursos de pós-graduação (em nível de especialização).

Na década de 90 as Faculdades Integradas da APEC foram reconhecidas como Universidade Paranaense - UNIPAR, através da Portaria MEC n.º 1.580 de 09/11/93, com caráter multicampi. Expandiu-se para cidades pólos do oeste do estado do Paraná, a saber: Toledo, Guaíra, Paranavaí, Cianorte, Cascavel e Francisco Beltrão.

Assim, a UNIPAR segue sua trajetória oferecendo mais de 170 opções em cursos de graduação e pós-graduação (*stricto sensu e lato sensu*). Com área física que passa de um milhão de metros quadrados construídos, orgulha-se de ser a maior universidade do interior do Paraná e terceira do Estado.

A implantação do último campus da UNIPAR em Francisco Beltrão foi uma escolha estratégica por se tratar de região central no Sudoeste paranaense e pólo de educação no Ensino Superior do Paraná, além de contar com a maior população do Sudoeste, o maior colégio eleitoral e maior economia. Somando-se a isso, o município possui índices de qualidade de vida superiores à média nacional, com baixa mortalidade infantil, garantida por uma estrutura sanitária de primeiro mundo e preocupação permanente com o meio ambiente, contando com parques, bosques, cachoeiras e matas, além de uma política de preservação dos recursos naturais.

Hoje o campus de Francisco Beltrão é considerado chave importante no desenvolvimento do município e da região, num processo de interação constante com a comunidade, estendendo seus benefícios aos municípios de sua influência geoescolar. Os acadêmicos são oriundos do próprio município, de cidades vizinhas, de outros municípios do Estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esta ligação permanente entre a universidade e a comunidade se manifesta numa série de programas voltados a atividades de extensão e culturais que envolvem acadêmicos e a comunidade regional, gerando participação efetiva no aprendizado dos mais diversos setores sociais, colaborando sobremaneira com a qualidade de vida da população.

Neste contexto a UNIPAR de Francisco Beltrão dá início ao curso de Direito em 12/02/2001, sendo autorizado pela Resolução UNIPAR 27/00 e reconhecido pela Portaria do MEC n.º 372/83.

O Curso de Direito foi um dos pioneiros em Francisco Beltrão, oferecido com habilitação em Bacharelado, na modalidade de Graduação, com 80 (oitenta) vagas no período noturno.



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Os professores da UNIPAR *campus* Francisco Beltrão são especializados e qualificados em suas respectivas áreas, propiciando aos estudantes acesso a um excelente nível de conhecimento científico. Porém, o *campus* ultrapassa os limites da sala de aula, garantindo assim uma formação consistente, proporcionando melhor exercício profissional e o crescimento econômico e social do país.

Atualmente, o Curso de Direito em Francisco Beltrão conta com 06 turmas, dentre os regimes anual e semestral. Este último em extinção. No ano de 2005 formou-se a primeira turma de graduados Bacharéis em Direito, cuja colação de grau deu-se no dia 20 de janeiro de 2006, consolidando, com louvor, os trabalhos desenvolvidos para a chegada deste momento e o passo seguinte que é a colocação no mercado de trabalho.

Além de contar com corpo docente qualificado e comprometido com a qualidade do ensino jurídico, a UNIPAR dispõe de excelente acervo bibliográfico, localizado em confortável Biblioteca organizada e dirigida por bibliotecária graduada, para melhor atender as necessidades dos acadêmicos.

Para a publicação dos trabalhos científicos de qualidade, tanto dos docentes quanto dos acadêmicos, a Instituição possui sua própria Revista de Ciências Jurídicas, com edição semestral.

No Campus de Francisco Beltrão funcionam também cursos de Pós-Graduação *lato sensu*, nas áreas de concentração em Direito Civil e Processual Civil, oferecido nos anos de 2003/2004 e 2004/2005. Para o ano de 2006 o curso oferecido será em Direito Constitucional. Na unidade Sede de Umuarama funciona o curso de Pós-Graduação *stricto sensu como* Mestrado em Direito Processual e Cidadania.



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

CURSO	DIREITO
--------------	----------------

NÚMERO DE VAGAS: 80	TURNOS: NOTURNO
CARGA HORÁRIA TOTAL: 4.600 h/a	
MODALIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> BACHARELADO
	<input type="checkbox"/> LICENCIATURA
	<input type="checkbox"/> TECNÓLOGO
INTEGRALIZAÇÃO	Tempo máximo: 08 (oito) anos
	Tempo mínimo: 05 (cinco) anos
CAMPUS	FRANCISCO BELTRÃO
ENDEREÇO	Av. Júlio Assis Cavaleiro, 2000
ANO DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO	2001



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

3. OBJETIVOS DO CURSO

3.1. Objetivo Geral

Formar profissionais qualificados para o exercício das atividades pertinentes à área jurídica, observados os princípios éticos que regem a vida humana e a prática profissional, sendo capaz de exercer liderança positiva no meio social e de tornar-se agente de mudanças, contribuindo na esfera de sua competência para o aperfeiçoamento das instituições sociais, políticas e culturais de sua comunidade, região e do país, como verdadeiros partícipes históricos na construção efetiva da cidadania.

3.2. Objetivos Específicos

- a. Formar Bacharéis capacitados a exercer funções concernentes à área jurídica.
- b. Proporcionar aos acadêmicos, estudos complementares que visem à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização, através de cursos, simpósios, ciclos de conferências e palestras.
- c. Fornecer capacitação prática às funções a serem exercidas, através de estágios simulados e reais por meio do Laboratório de Prática Jurídica e Escritório de Assistência Judiciária Gratuita;
- d. Despertar o interesse dos acadêmicos para o estudo e a pesquisa de forma que possam transferi-lo para a sua prática na vida profissional e transformá-los em criadores de novas idéias.



4. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

De acordo com as mudanças que acompanham a reforma do ensino jurídico no Brasil, o Projeto Pedagógico do Curso deve conter um perfil do profissional a ser formado pela instituição combinando uma sólida competência técnica e teórica com o compromisso de contribuir para o exercício da cidadania em todos os segmentos da sociedade. Nesta perspectiva, o Curso de Direito da UNIPAR oferece ao acadêmico a oportunidade de desenvolver capacidades de analisar e articular conceitos e argumentos, interpretar e valorizar situações jurídico-sociais, firmado em uma postura reflexiva e crítica.

Considerando a oferta de ensino promovida pelo Curso de Direito da UNIPAR, deve-se desenvolver no acadêmico características que o acompanhem em sua vida profissional:

- a. Permanente formação humanística, técnico-jurídica e prática, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais;
- b. Conduta ética associada à responsabilidade social e profissional;
- c. Capacidade de apreensão, transmissão crítica e produção criativa do Direito a partir da constante pesquisa e investigação;
- d. Capacidade de desenvolver formas judiciais e extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos;
- e. Capacidade para equacionar problemas e buscar soluções harmônicas com demandas individuais e sociais;
- f. Capacidade de atuação individual, associada e coletiva no processo comunicativo próprio ao seu exercício profissional;
- g. Domínio da gênese, dos fundamentos, da evolução e do conteúdo do ordenamento jurídico vigente;
- h. Consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço.



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

O bacharel formado pela UNIPAR estará preparado para enfrentar os desafios que se colocam nos umbrais do novo século, conforme sua aptidão, escolha e vocação. Em outras palavras, pronto para exercer a sua cidadania com competência, uma vez que a sua habilitação decorre de critérios qualitativos, imprescindíveis para garantir o seu bacharelado, que o transformam num profissional qualificado, crítico e pesquisador.

Para alcançar este perfil, o Curso de Direito da UNIPAR propicia a seus acadêmicos, através de procedimentos didático-pedagógicos, o desenvolvimento de diversas atividades acadêmicas, tais como:

- a. leitura, compreensão e elaboração de textos e documentos;
- b. interpretação, integração e aplicação do Direito;
- c. pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do direito;
- d. correta utilização da linguagem, com clareza, precisão e propriedade, fluência verbal e escrita, com riqueza de vocabulário;
- e. utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- f. domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito e de seus avanços;
- g. valorizar da pesquisa como forma de oferecer subsídios para o conhecimento jurídico e interpretar o impacto de acontecimentos extra-jurídicos no mundo jurídico;
- h. capacidade de trabalhar em grupo, valorizar a cooperação, conviver com a divisão de trabalho, a negociação e a partilha de conquistas.



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

5. ÁREA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

O profissional a ser formado pelo Curso de Direito da UNIPAR estará preparado para as diversas atividades jurídicas, públicas e privadas.

O Bacharel em Direito, ao término do curso terá a habilitação para o exercício de muitas profissões jurídicas, tais como Advocacia (em empresas, órgãos governamentais ou escritório particular), assessoria e consultoria jurídica ou seguir uma das carreiras jurídicas (delegado de polícia, juiz de Direito, promotor público ou procurador). Pode esse profissional ainda, seguir carreira acadêmica, vindo a ser professor e/ou pesquisador em institutos de ensino e pesquisa.



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

MATRIZ CURRICULAR

Unidade: FRANCISCO BELTRÃO

Curso: 117 - DIREITO

Graduação: BACHARELADO EM DIREITO

Regime: SERIADO ANUAL - NOTURNO

Duração: 5 (CINCO) ANOS LETIVOS

Integralização: A) TEMPO TOTAL - MÍNIMO = 05 (CINCO) ANOS LETIVOS
- MÁXIMO = 08 (OITO) ANOS LETIVOS

B) TEMPO ÚTIL (Carga Horária) = **4.600 H/AULA**

CURRÍCULO PLENO/2008 (1)

1.ª SÉRIE

CÓDIGO	DISCIPLINAS	TEOR	PRAT	CHA	PRÉ-REQUIS
99-8170-02	CIÊNCIA POLÍTICA	80	0	080	
99-8171-04	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	160	0	160	
99-8407-02	SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA	80	0	080	
99-8408-02	ÉTICA E FILOSOFIA GERAL E DO DIREITO	80	0	080	
99-8409-02	PSICOLOGIA FORENSE E PESQUISA JURÍDICA	80	0	080	
99-8410-02	LINGUAGEM JURÍDICA	80	0	080	
99-8681-04	DIREITO CIVIL I (PARTE GERAL)	160	0	160	
99-8839-02	ECONOMIA	80	0	080	
	Carga Horária / Total Anual	800	0	800	

2.ª SÉRIE

CÓDIGO	DISCIPLINAS	TEOR	PRAT	CHA	PRÉ-REQUIS
99-8159-04	DIREITO DO TRABALHO	160	0	160	
99-8166-04	DIREITO PENAL I	160	0	160	
99-8167-04	DIREITO CONSTITUCIONAL	160	0	160	
99-8169-02	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	80	0	080	
99-8413-02	TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	80	0	080	
99-8414-04	DIREITO CIVIL II (DAS OBRIGAÇÕES)	160	0	160	
	Carga Horária / Total Anual	800	0	800	

Aprovada pela CID em atendimento a Resolução CONSEPE 17/2007 de 12/09/2007



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

3.ª SÉRIE

CÓDIGO	DISCIPLINAS	TEOR	PRAT	CHA	PRÉ REQUIS
99-8139-04	DIREITO ADMINISTRATIVO	160	0	160	
99-8148-02	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	80	0	80	
99-8158-04	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	160	0	160	
99-8160-04	DIREITO PENAL II	160	0	160	
99-8416-04	DIREITO CIVIL III (DOS CONTRATOS)	160	0	160	
99-8767-02	DIREITO EMPRESARIAL I	80	0	080	
	Carga Horária / Total Anual	800	0	800	

4.ª SÉRIE

CÓDIGO	DISCIPLINAS	TEOR	PRAT	CHA	PRÉ REQUIS
99-8149-04	DIREITO PROCESSUAL PENAL I	160	0	160	
99-8150-04	DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	160	0	160	
99-8151-02	DIREITO PENAL III	80	0	080	
99-8163-02	DIREITO CIVIL IV (DAS COISAS)	80	0	080	
99-8768-02	DIREITO EMPRESARIAL II	80	0	080	
99-8773-04	DIREITO CIVIL V (FAMÍLIA E SUCESSÕES)	160	0	160	
99-8155-02	ESTÁGIO SUPERVISIONADO SIMULADO: PRÁTICA DE PROCESSO CIVIL I	0	80	080	
99-8156-02	ESTÁGIO SUPERVISIONADO SIMULADO: PRÁTICA DE PROCESSO DO TRABALHO	0	80	080	
99-8419-02	ESTÁGIO SUPERVISIONADO REAL DE PRÁTICA JURÍDICA I	0	80	080	
	Carga Horária / Total Anual	720	240	960	

5.ª SÉRIE

CÓDIGO	DISCIPLINAS	TEOR	PRAT	CHA	PRÉ REQUIS
99-8142-04	DIREITO PROCESSUAL PENAL II	160	0	160	
99-8143-02	DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV	80	0	080	
99-8411-02	DIREITO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	80	0	080	
99-8420-02	DIREITO TRIBUTÁRIO	80	0	080	
99-8421-04	DIREITO DIFUSOS E COLETIVOS	160	0	160	
99-8774-02	DIREITO CIVIL VI (RESPONSABILIDADE CIVIL)	80	0	080	
99-8145-02	ESTÁGIO SUPERVISIONADO SIMULADO: PRÁTICA DE PROCESSO PENAL	0	80	080	
99-8146-02	ESTÁGIO SUPERVISIONADO SIMULADO: PRÁTICA DE PROCESSO CIVIL II	0	80	080	
99-8422-02	ESTÁGIO SUPERVISIONADO REAL DE PRÁTICA JURÍDICA	0	80	080	
	Carga Horária / Total Anual	640	240	880	

RESUMO

CONTEÚDOS CURRICULARES	3.760 H/A
ESTÁGIO SUPERVISIONADO (*)	480 H/A
ATIVIDADES COMPLEMENTARES (*)	200 H/A
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (*)	160 H/A
CARGA HORÁRIA TOTAL	4.600 H/A

OBSERVAÇÕES:

- (*) As cargas horárias destinadas ao Estágio Supervisionado, às Atividades Complementares e ao Trabalho de Conclusão de Curso serão cumpridas fora do horário de aula previsto para o funcionamento do curso mediante regulamento próprio aprovado e divulgado pelo Colegiado do Curso.

Aprovada pela CID em atendimento a Resolução CONSEPE 17/2007 de 12/09/2007



7. DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS POR ÁREA DE FORMAÇÃO

ÁREA DE FORMAÇÃO	1.ª SÉRIE	2.ª SÉRIE	3.ª SÉRIE	4.ª SÉRIE	5.ª SÉRIE
Eixo de Formação Fundamental	*Língua Portuguesa *Economia *Psicologia Forense e Pesquisa Jurídica *Ciência Política				
Eixo de Formação Profissional	*Introdução ao Estudo do Direito *Ética e Filosofia Geral e do Direito *Sociologia Geral e do Jurídica *Direito Civil I (Parte Geral)	*Teoria dos Direitos Fundamentais *Direito Constitucional *Direito Civil II (Das Obrigações) *Direito Processual Civil I *Direito Penal I *Direito do Trabalho	*Direito Processual Civil II *Direito Processual do Trabalho *Direito Penal II *Direito Empresarial I *Direito Civil III (Dos Contratos) *Direito Administrativo	*Direito Processual Penal I *Direito Processual Civil III *Direito Penal III *Direito Civil IV (Das Coisas) *Direito Civil V Família e Sucessões *Direito Empresarial II	*Direito Processual Penal II *Direito Processual Civil IV *Direito Difusos e Coletivos *Direito Civil VI (Responsabilidade Civil) *Direito das Relações Internacionais *Direito Tributário
Eixo de Formação Prática				*Estágio Supervisionado Simulado: Prática de Processo Civil I *Estágio Supervisionado Simulado: Prática de Processo do Trabalho I *Estágio Supervisionado Real de Prática Jurídica I *Atividades Complementares	*Estágio Supervisionado Simulado: Prática de Processo Civil II *Estágio Supervisionado Simulado: Prática de Processo Penal *Estágio Supervisionado Real de Prática Jurídica *Atividades Complementares
N.º de Disciplinas	08	07	06	09	09
Carga Horária da Série	800	800	800	960	880
Atividades Complementares	40	40	40	40	40
Carga Horária Total	840	840	840	1160	920



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC



8. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

1.ª Série

Disciplina: CIÊNCIA POLÍTICA	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer o Direito Constitucional como Ciência Política, fenômeno anterior e conformador da própria existência estatal.• Analisar o novo constitucionalismo, onde o Direito se submete a postulados materiais intangíveis e os direitos fundamentais se opõem tanto ao Estado como a algumas situações entre os particulares.• Estabelecer a relação instrumental do Estado em relação ao titular da soberania, o povo, firmando convicções em torno de um compromisso de democracia pluralista e abertamente contrária a qualquer forma de totalitarismo.	
Ementa:	
<p>O fenômeno político como origem do ordenamento jurídico, distinção entre nação e estado, formas de governo presidencial, parlamentar, o federalismo, monarquia, democracia e ditadura. A separação de poderes dentro do pluralismo, o fenômeno constituinte, legalidade e legitimidade.</p>	
Bibliografia Básica	
SAHID, Maluf. Teoria geral do Estado . 25 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.	
BONAVIDES, Paulo. Ciência política . 10 ed. 6ª tiragem, São Paulo: Malheiros, 1998.	
BONAVIDES, Paulo. Teoria do Estado . 3 ed. São Paulo: Malheiros, 1995.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Compreender os conceitos jurídicos fundamentais entendendo-os como ciência regulamentadora do comportamento humano em sociedade.• Identificar e evolução histórica do Direito, seus princípios e valores norteadores.• Interpretar as normas jurídicas através de diferentes técnicas com vistas à aplicação e integração do Direito.• Compreender os processos de elaboração das normas jurídicas, suas formas e sua validade no contexto jurídico-social e ético.• Analisar criticamente o direito, a fim de perceber as suas especificidades e sua classificação em disciplinas dogmáticas.	
Ementa:	
A ciência do Direito, suas fontes, conceitos fundamentais, princípios e ramificações, a norma jurídica, sua validade, interpretação, aplicação e integração face o ordenamento jurídico.	
Bibliografia Básica	
DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.	
NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 6 ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2002.	



Disciplina: ECONOMIA	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Analisar a relação entre economia e política, compreendendo como estas duas ciências pensaram as determinações básicas da sociabilidade no mundo moderno.• Reconhecer a importância das variáveis econômicas e de seus inter-relacionamentos.• Compreender o funcionamento do sistema econômico, seus componentes e elementos, numa visão de conjunto, a partir de ferramentas básicas.• Perceber a solução dos problemas econômicos, que envolvem fenômenos internos e externos de ordem conjuntural e estrutural do sistema econômico.• Elaborar análise crítica do sistema econômico.	
Ementa:	
O surgimento da economia, percurso histórico e desenvolvimento como ciência social; enfoque analítico-histórico com reflexões voltadas para a compreensão dos principais objetivos de política econômica, os instrumentos utilizados pelo governo e pela iniciativa privada.	
Bibliografia Básica	
VASCONCELLOS, M. A S.; GARCIA, M. E. Fundamentos de economia . São Paulo: Saraiva, 2004.	
MONTORO, A. F. et. al. Manual de economia . São Paulo: Saraiva, 2003.	
ROSSETTI, J. P. Introdução à economia . 19 ed. São Paulo: Atlas, 2003.	



Disciplina: SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA

Carga Horária Total: 80 h/a

C/H prática:

C/H teórica: 80 h/a

Objetivos Específicos:

- Analisar os fundamentos epistemológicos das teorias sociológicas e o seu vínculo com a elucidação do fenômeno cultural.
- Investigar a dimensão teórica da problemática dos métodos e do objetivo da Sociologia como ciência.
- Desenvolver o raciocínio nas perspectivas da reflexão crítica.
- Situar historicamente as condições teóricas e políticas do surgimento e consolidação da Sociologia Jurídica no Brasil.
- Elaborar análise crítica do Direito e do sistema jurídico brasileiro.
- Identificar a função social do operador do Direito, bem como a sua responsabilidade para democratizar o acesso à justiça.

Ementa:

O surgimento da Sociologia, o seu percurso histórico, desenvolvimento, sua contribuição para com a reflexão e compreensão do coletivo, a partir de suas três principais correntes (positivismo, marxismo e idealismo). Abordagem da Sociologia Jurídica equacionando dilemas e conflitos do judiciário, analisando processos e estruturas que contribuem ou obstaculizam o funcionamento harmônico de subsistemas sociais como o Direito e a Justiça.

Bibliografia Básica:

COSTA, Cristina. **Sociologia:** Introdução à ciência da Sociedade. São Paulo: Moderna, 2002.

CAPPELLETTI, Mauro & GARTH, Bryant. **Acesso à justiça.** Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1988.

SOUZA SANTOS, Boaventura. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 9 ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2003.

SCURO NETO, Pedro. **Sociologia geral e jurídica:** manual dos cursos de direito. São Paulo: Saraiva, 2005.



Disciplina: ÉTICA E FILOSOFIA GERAL E DO DIREITO

Carga Horária Total: 80 h/a

C/H prática:

C/H teórica: 80 h/a

Objetivos Específicos:

- Desenvolver a habilidade de analisar e interpretar textos filosóficos.
- Analisar e compreender os principais fundamentos filosóficos da moral e da ética ocidentais.
- Investigar a aplicação ética nas práticas político-social e jurídica.
- Reconhecer a importância da Filosofia do Direito como instrumento para a compreensão da origem dos institutos jurídicos.
- Desenvolver a percepção crítica com o propósito de evitar as distorções subjetivas na apreciação do elemento social no Direito.
- Estabelecer as relações e implicações recíprocas entre os fenômenos culturais, Direito e Sociedade.
- Compreender o Direito sob várias perspectivas, reducionistas ou não.
- Estabelecer as relações e diferenças entre Direito e Moral.
- Reconhecer noções básicas da deontologia jurídica e sua aplicação legal aos advogados, juízes e promotores de justiça.

Ementa:

A gênese do filosofar como reflexão crítica de todo e qualquer fenômeno, inclusive o jurídico, correntes filosóficas consideradas historicamente essenciais no desenvolvimento do pensamento filosófico, bem como alguns pontos que servem como fundamento das práticas jurídicas, bem como a crítica do fenômeno jurídico.

Bibliografia Básica

BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de ética jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BITTAR, Eduardo C.B. ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de Filosofia do Direito**. São Paulo: Atlas, 2001.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. São Paulo: Saraiva, 2002.



Disciplina: PSICOLOGIA FORENSE E PESQUISA JURÍDICA

Carga Horária Total: 80 h/a

C/H prática:

C/H teórica: 80 h/a

Objetivos Específicos:

- Definir psicologia forense como ciência utilizada para instrumentalizar a área do Direito.
- Reconhecer as principais atuações do profissional da área de psicologia forense.
- Conceituar psicopatologia através de descrição de suas subdivisões e áreas de interesse.
- Analisar as contribuições teóricas sobre personalidade, comportamentos desviantes e delituosos.
- Analisar as causas da transgressão de normas sociais e reinserção do indivíduo apenado à sociedade.
- Desenvolver a capacidade de observar, selecionar, organizar, interpretar e criticar fatos e conhecimentos sobre a realidade.
- Reconhecer e utilizar adequadamente métodos e técnicas científicas.
- Elaborar trabalhos acadêmicos e artigos científicos.

Ementa:

A Psicologia Forense e sua prática em Direito, o desenvolvimento da personalidade e do comportamento humano, normal e patológico, dirigido ao contexto jurídico bem como seus acontecimentos, determinações e leis por meio de teorias e técnicas psicológicas adaptadas a esta necessidade e utilizadas pelos profissionais da área de psicologia.

A pesquisa jurídica através da análise de textos, dos diferentes tipos de pesquisa, métodos científicos e técnicas de pesquisa, compreendendo como construir uma pesquisa bibliográfica e como inseri-la nos trabalhos científicos.

Bibliografia Básica

MIRA Y LOPES, E. **Manual de psicologia jurídica**. Trad. Ricardo Rodrigues Gama. Campinas: LZN, 2003.

RIGONATTI, Sergio Paulo. **Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica**. São Paulo: Vetor, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica para o curso de direito**. São Paulo : Atlas. 2000.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. **Manual de monografia jurídica**. São Paulo: Saraiva, 1997.



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: LINGUAGEM JURÍDICA	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Ler e interpretar criticamente textos diversos e especificamente os textos pertencentes ao contexto jurídico.• Produzir textos da comunicação jurídica.• Reconhecer os diferentes tipos de leitura e assimilar textos específicos.• Aperfeiçoar a linguagem oral e escrita.• Utilizar recursos e as diferentes linguagens nos diversos textos exigidos no meio acadêmico.	
Ementa:	
Desenvolvimento da Linguagem Jurídica oral e escrita para o estabelecimento de relações de interação pela linguagem no campo profissional, através da aplicabilidade da gramaticalidade frásica no discurso jurídico (concordância e regência nominal e verbal, acentuação gráfica, ortografia, pronomes e sua colocação), visando a comunicação jurídica oral e escrita, com montagem de redação específica com código comunicativo próprio em petições e arrazoados jurídicos.	
Bibliografia Básica	
DAMIÃO, R. T.; HENRIQUES A. Curso de Português Jurídico . 10 ed. São Paulo: Atlas, 1991.	
FIORIN, José Luiz; SAVIOLLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação . 16.ed. São Paulo: Ática, 2002.	



Disciplina: DIREITO CIVIL I (PARTE GERAL)

Carga Horária Total: 160 h/a

C/H prática:

C/H teórica: 160 h/a

Objetivos Específicos:

- Desenvolver o raciocínio jurídico sob os auspícios dos conceitos gerais de modo a contribuir decisivamente na correta interpretação e aplicação das normas jurídicas.
- Reconhecer o campo de ação do direito civil, para maior aprofundamento em pesquisa e extensão.
- Reconhecer os conceitos e princípios jurídicos de forma a desenvolver o raciocínio lógico e desenvolvimento crítico da idéia do direito civil.

Ementa:

Aspectos legais, doutrinários, conceituais e principiológicos do Direito Civil, com atenção aos negócios da vida civil das pessoas físicas e jurídicas, criação, modificação e extinção de bens e direitos.

Bibliografia Básica

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil: Parte Geral**. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2005.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil: Parte Geral**. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2005.



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

2.ª Série

Disciplina: DIREITO PENAL I	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer a importância do Direito Penal dentro do ordenamento jurídico do país, bem como seu alcance como forma de controle social.• Analisar a evolução histórica do direito penal, como meio de compreendê-lo e familiarizar-se com as novas tendências político-criminais.• Conceituar os principais institutos de direito penal.• Desenvolver a capacidade de observação, discernimento, reflexão, análise e crítica dos fatos sociais à luz do direito penal.• Conhecer o mecanismo da aplicação das penas e seus objetivos.• Identificar as formas de extinção do direito de punir do Estado.	
Ementa:	
Estrutura do crime, consistente na Teoria Geral do Delito, a aplicabilidade, fixação e a execução da pena, suas extinções, em consonância com princípios penais e constitucionais penais, sua história e desenvolvimento.	
Bibliografia Básica	
BITENCOURT, Cezar Roberto. Manual de Direito Penal . Vol. I. São Paulo: Saraiva. 2000.	
JESUS, Damásio Evangelista. Direito Penal Vol. I. São Paulo, Saraiva. 1999.	
PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro . Vol. I. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.	
MIRABETE, Júlio Fabrinni. Manual de Direito Penal . Vol I. São Paulo: Atlas, 2002.	



Disciplina: DIREITO CONSTITUCIONAL

Carga Horária Total: 160 h/a

C/H prática:

C/H teórica: 160 h/a

Objetivos Específicos:

- Reconhecer o campo de estudo do Direito Constitucional, de forma a transferi-lo para a prática na vida profissional e transformá-lo em novas idéias.
- Desenvolver formação nos assuntos gerais de Direito Constitucional, humanística e técnico-jurídica, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais.
- Desenvolver habilidades operatórias de comunicação interpessoal e expressão, raciocínio lógico, crítico e analítico, capacidade de mostrar compreensão, criatividade, flexibilidade e adaptabilidade, decisão, seleção, crítica e síntese com capacidade de analisar e articular conceitos e argumentos para interpretar e valorizar situações constitucionais e sociais, firmado em uma postura reflexiva e ética.
- Desenvolver a conduta ética associada à responsabilidade social e profissional.
- Desenvolver a capacidade de apreensão, transmissão crítica e produção criativa do Direito Constitucional a partir da constante pesquisa e investigação.
- Desenvolver a capacidade de elaborar formas judiciais e extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos, na área do Direito Constitucional.
- Desenvolver a capacidade de atuação individual, associada e coletiva no processo comunicativo próprio ao seu exercício profissional.
- Utilizar ferramentas que permitam dominar a gênese dos fundamentos, da evolução e do conteúdo do Direito Constitucional e a consciência dos problemas constitucionais.

Ementa:

O Direito Constitucional nos seus aspectos geral e positivo, as formas de classificação das constituições, bem como a interpretação e integração das normas constitucionais e o histórico das Constituições brasileiras, determinando suas características fundamentais, desde a Constituição do Império [1824], até a atual Constituição de 1988 com a identificação dos princípios e objetivos do Brasil e dos direitos e garantias fundamentais nela previstos, inclusive a questão da nacionalidade e da cidadania. As competências da federação brasileira, o fenômeno da intervenção federal, assim como a teoria da separação das funções do poder e sua efetivação no Estado brasileiro por meio dos três poderes e das funções essenciais à Justiça. Os mecanismos de controle de constitucionalidade e para a defesa do Estado e das instituições democráticas, assim como a intervenção constitucional na ordem econômica e financeira e as novas facetas do constitucionalismo contemporâneo.

Bibliografia Básica

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Celso Bastos, 2004.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros, 2004.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva: 2004.



Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer os conceitos inerentes ao Direito Processual Civil, a partir da familiarização com o manuseio do Código de Processo Civil.• Conhecer os conceitos gerais dos principais institutos do direito processual civil, os quais a Jurisdição, a Ação (e a Defesa do Réu) e o Processo, com ênfase à Competência e aos Atos Processuais.• Demonstrar, com clareza, a relação existente entre a teoria e a prática do direito processual civil.	
Ementa:	
Desenvolvimento das premissas ontogenosiológicas, dos princípios do Direito Processual Civil, dos conceitos de jurisdição e suas espécies, da formação do Poder Judiciário e do Ministério Público, desenvolvimento dos aspectos gerais e conceituais da Ação e Atos Processuais, suas teorias, elementos e condições, competência, das partes e procuradores, do litisconsórcio, assistência e intervenção de terceiros.	
Bibliografia Básica	
ARRUDA ALVIM, José M. Manual de Direito Processual Civil . 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, vols. 1 e 2, 2001.	
GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro . São Paulo: Saraiva, 1996. v. 1, 2 e 3. 2002.	
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Processo de conhecimento . Rio de Janeiro: Forense, 2003	
WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso avançado de processo civil : teoria geral do processo e processo de conhecimento. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: DIREITO DO TRABALHO	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Conhecer o Direito do Trabalho e sua legislação, principalmente a Consolidação das Leis do Trabalho.• Preparar adequadamente processos de defesa dos empregados e empregadores frente à legislação trabalhista.• Compreender as relações de trabalho e os sujeitos envolvidos, bem como o contrato de trabalho, sua duração e extinção.• Conhecer as verbas trabalhistas e sua relação com a relação de emprego.• Compreender a organização dos sindicatos, o direito de greve, os direitos do idoso e a seguridade social.	
Ementa:	
O Direito do Trabalho, suas fontes, princípios, conceitos fundamentais, o direito individual e coletivo, o contrato de trabalho, desde sua origem até a extinção, estabilidade, os sujeitos que participam da relação de emprego, as implicações na remuneração, salários, verbas trabalhistas, o direitos do idoso e seguridade social.	
Bibliografia Básica	
MAGANO, Octavio Bueno. Manual de direito do trabalho: direito coletivo do trabalho. São Paulo: LTr, 1990.	
MARTINS, Sérgio Pinto. Curso de Direito do Trabalho - São Paulo: Atlas - 2005.	
SAAD, Eduardo Gabriel. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2000.	
SUSSEKIND, Arnaldo. Instituições de Direito do Trabalho. 2. vol. São Paulo: LTr, 2002.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Carga Horária Total: 80 h/a

C/H prática:

C/H teórica: 80 h/a

Objetivos Específicos:

- Reconhecer a teoria dos direitos fundamentais, estendendo-se aos problemas práticos de sua aplicação, confrontando o legalismo mecanicista inerente a todas as áreas do Direito.
- A partir da consagração do chamado “novo-constitucionalismo”, utilizar a teoria dos direitos fundamentais para formar uma nova visão das mais variadas áreas jurídicas, instaurando-se um modo de pensar crítico e reflexivo, sobretudo voltado à defesa desses direitos.
- Analisar o significado dos direitos fundamentais como direitos de defesa, normas de proteção e garantias positivas aos cidadãos em face da atuação estatal, envolvendo também os direitos sociais, econômicos e culturais.
- Avaliar o grau de eficácia, efeitos e aplicabilidade dos direitos fundamentais.
- Ponderar sobre a extensão dos direitos fundamentais nas relações entre particulares e apontar os principais meios de defesa desses direitos disponibilizados aos indivíduos pelo ordenamento constitucionais.

Ementa:

A evolução dos direitos fundamentais, a partir de uma linha progressiva de positivação dos direitos humanos, chegando-se ao que hoje se conhece como as “dimensões” de direitos fundamentais partindo-se das teorizações sobre as restrições e colisões desses direitos, através do princípio da proporcionalidade – meio hábil para legitimar o controle de constitucionalidade dessas restrições em prol da garantia dos direitos fundamentais.

Bibliografia Básica

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 17 ed., São Paulo: Malheiros, 2005.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade**. 3 ed., São Paulo: Saraiva, 2004.

MORAES, Alexandre. **Direitos humanos fundamentais**. 6 ed., São Paulo: Atlas, 2005.



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: DIREITO CIVIL II (DAS OBRIGAÇÕES)	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer noções e princípios gerais do direito civil, sobretudo no que concerne ao direito das obrigações.• Desenvolver atividades de pesquisa de modo a despertar o espírito científico necessário à formação profissional.• Compreender a necessidade de se adquirir um raciocínio jurídico para a consolidação do aprendizado.	
Ementa:	
Desenvolvimento do Direito das Obrigações, sua conceituação e posição no campo jurídico, as características da estrutura da relação obrigacional, classificação, causas e conseqüências do adimplemento.	
Bibliografia Básica	
VENOSA, Silvio de Salvo. Teoria Geral das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos , 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.	
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro , v. II, São Paulo: Saraiva, 2004.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

3.ª Série

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer as regras de formação e evolução do processo de conhecimento, primeira espécie do processo civil, sua suspensão e extinção.• Conhecer os procedimentos ordinário e sumário, bem como todas as particularidades que os envolvem, desde a citação inicial até a formação da coisa julgada.	
Ementa:	
Aspectos gerais da cognição e ritos no Direito Processual Civil, a antecipação da tutela, resposta do réu, saneamento do processo na fase probatória, audiência, sentença, coisa julgada, ação rescisória, os recursos, sua teoria geral e espécies.	
Bibliografia Básica	
ALVIM, Arruda. Direito processual civil: teoria geral do processo de conhecimento . 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1972.	
ARRUDA ALVIM, José M. Manual de Direito Processual Civil . v.2. 5. ed.. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.	
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil . v.2. 33 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.	
_____. Processo de conhecimento . Rio de Janeiro: Forense, 1978.	
WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio Renato Correia de; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil . .v.3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.	



Disciplina: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer os conceitos básicos do Direito Processual do Trabalho e a legislação que rege a matéria, principalmente pertinentes a Consolidação das Leis do Trabalho.• Demonstrar a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil para dirimir as lacunas do Direito Trabalhista.• Reconhecer a aplicação prática das regras trabalhistas com vistas à utilização da jurisprudência e das súmulas nos procedimentos judiciais.	
Ementa:	
Desenvolvimento dos aspectos gerais, conceituais, organizacionais do Direito Processual do Trabalho, a competência da Justiça do Trabalho, os procedimentos individuais e coletivos para a tutela dos direitos trabalhistas, convergindo na sentença, recursos e execução trabalhista.	
Bibliografia Básica	
GIGLIO, Wagner D'Giglio. Direito Processual do Trabalho . 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.	
LEITE, Carlos Henrique Bezzera. Curso de Direito Processual do Trabalho . São Paulo: LTr, 2005	
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito Processual do Trabalho . 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.	
MARTINS, Sérgio Pinto. Direito Processual do Trabalho . São Paulo: Atlas, 2005.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: DIREITO PENAL II	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Compreender os diversos institutos do Direito Penal, agora ligado aos crimes em espécie (Parte Especial), aproximando-se sempre da realidade social.• Manusear o Código Penal e leis correlatas, cientificando-o acerca da importância do conhecimento do Código e leis esparsas, na vida profissional.• Correlacionar exemplos da prática profissional aos temas em estudo.	
Ementa:	
Análises dogmáticas, doutrinárias e jurisprudenciais dos tipos penais contra a pessoa, patrimônio, propriedade imaterial, organização do trabalho, sentimento religioso e respeito aos mortos, insertos na parte especial do Código Penal, com ênfase ao estudo de casos concretos e suas soluções.	
Bibliografia Básica	
BITENCOURT, Cezar Roberto. Manual de Direito Penal . Vol. II. São Paulo, Saraiva, 2000.	
JESUS, Damásio Evangelista. Direito Penal Vol. I I. São Paulo, Saraiva, 2002.	
MIRABETE, Júlio Fabrinni. Manual de Direito Penal . Vol II. São Paulo, Atlas, 2003.	
CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal . Vol. II, parte especial, São Paulo: Saraiva, 2002.	



Disciplina: DIREITO EMPRESARIAL I	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer a importância do Direito Comercial/Empresarial no mundo jurídico, sua aplicação prática, no contexto social atual, relacionando-o com os demais ramos do direito.• Desenvolver a pesquisa e postura científica, despertando o interesse no estudo, indagação, aperfeiçoamento e aprofundamento teórico do estudo do Direito Comercial.	
Ementa:	
Desenvolvimento dos aspectos gerais, conceituais e principiológicos do Direito de Empresa, com ênfase nas espécies de sociedade, suas formações e regulamentações.	
Bibliografia Básica	
BULGARELLI, Waldirio. Tratado de direito empresarial . São Paulo: Atlas, 1995.	
DOMINGUES, Nereu Ribeiro. Guia prático do direito empresarial no novo código civil: aspectos legais, modelos e formulários . Curitiba: Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, 2003.	
FABRETTI, Láudio Camargo. Incorporação, fusão, cisão e outros eventos societários: tratamento jurídico, tributário e contábil . São Paulo: Atlas, 2001.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: DIREITO CIVIL III (DOS CONTRATOS)	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Compreender noções gerais do Direito Contratual em específico sobre os contratos.• Perceber a evolução do Direito Privado, quanto aos seus métodos, fundamentos, diretrizes, notadamente na relação negocial.• Reconhecer a necessidade de constantes pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais, para a consolidação do aprendizado.	
Ementa:	
Desenvolvimento dos aspectos gerais, conceituais e principiológicos, clássicos e modernos, do Direito Civil, a formação do vínculo contratual, sua extinção e particularidades obrigacionais decorrentes do regime jurídico instituído pelo Código Civil e legislação pertinente à matéria.	
Bibliografia Básica	
VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil: contratos em espécie . 3 ed. São Paulo: Atlas, 2003. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro , v. III. São Paulo: Saraiva, 2004. GOMES, Orlando. Contratos . Rio de Janeiro: Forense, 1995.	



Disciplina: DIREITO ADMINISTRATIVO	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer a importância do Direito Administrativo e suas implicações na organização do Estado.• Definir constitucionalmente o Estado – Administrativo e seus princípios norteadores.• Compreender os contratos administrativos e os atos que garantem sua validade.• Identificar as várias formas de manifestação do Poder Público e a responsabilidade do estado por atos praticados por seus agentes.	
Ementa:	
Direito Administrativo, seus princípios e sua organização, as formas de controle da administração pública, dos servidores públicos e a intervenção no domínio econômico, os atos administrativos, considerando o poder concedido ao ente público e a responsabilidade do Estado pelos comportamentos realizados pelos seus agentes.	
Bibliografia Básica	
BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo . São Paulo: Malheiros, 2000.	
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo . São Paulo: Atlas, 2003.	
MEYRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro . São Paulo: Malheiros, 2001.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

4.ª Série

Disciplina: DIREITO CIVIL IV (DAS COISAS)	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Conhecer o posicionamento do ordenamento jurídico nacional perante o Direito das Coisas, face à evolução desse ramo do direito.• Desenvolver atividades de pesquisa, de modo a enriquecer os conhecimentos jurídicos necessários à formação e prática profissional.• Reconhecer a necessidade de postura crítica, a fim de criar habilidades jurídicas para o desempenho da atividade profissional.	
Ementa:	
Aspectos legais, doutrinários e conceituais do Direito das Coisas, estudo analítico do instituto da posse e dos direitos reais, envolvendo estudo conceitual da propriedade e dos direitos reais sobre coisas alheias, de fruição e de garantia.	
Bibliografia Básica	
RODRIGUES, Silvio. Direito Civil: Direito das Coisas . Vol. 5. São Paulo: Saraiva, 2002.	
MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil: Direito das Coisas . Vol. 3. São Paulo: Saraiva, 2003.	



Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL I

Carga Horária Total: 160 h/a

C/H prática:

C/H teórica: 160 h/a

Objetivos Específicos:

- Reconhecer o campo de atuação do Direito Processual Penal e de seus principais institutos.
- Compreender o sentido e a importância do Processo Penal no contexto do estado de direito, assim como de seus princípios fundamentais.
- Elaborar análise crítica e reflexiva dos princípios norteadores do Direito Processual Penal.
- Desenvolver pesquisa acerca da visão histórica do processo.
- Conhecer o Processo Penal brasileiro.
- Reconhecer a legislação, doutrina e jurisprudência no campo do Processo Penal brasileiro.

Ementa:

Aspectos gerais, conceituais e principiológicos do Direito Processual Penal, com ênfase nos procedimentos investigatórios, probatórios e judiciais no que concerne ao início da persecução criminal em juízo, os processos cautelares.

Bibliografia Básica

FILHO, Fernando da Costa Tourinho. **Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2000.

FABRINI MIRABETTE, Julio. **Direito Processual Penal**, São Paulo: Atlas, 1999.

JESUS, Damásio E. de. **Código de processo penal anotado**. São Paulo: Saraiva, 2004.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer a importância do Direito Processual Civil, em todas as áreas de atuação do profissional do direito.• Elaborar análise do caso controvertido de interesse maior, em consonância com o entendimento da doutrina e da jurisprudência.• Desenvolver pesquisa e aprimoramento do estudo com o raciocínio lógico em face dos diversos institutos de direito processual civil, através da colocação de casos controvertidos.	
Ementa:	
Aspectos gerais dos processos nos tribunais, da uniformização da jurisprudência, da declaração de inconstitucionalidade, da homologação de sentença estrangeira, do processo de execução, a liquidação de sentença, teoria geral, espécies, embargos do devedor, sincretismo entre cognição e execução, aspectos gerais, conceituais e principiológicos do processo cautelar.	
Bibliografia Básica	
GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro . 12 ed. São Paulo: Saraiva, 1997.	
SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de Direito Processo Civil . v. 3. São Paulo: Saraiva, 1997.	
SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de direito processual civil . São Paulo: Saraiva, 1998.	
THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil . v. 3. Rio de Janeiro: Forense, 2000.	



Disciplina: DIREITO PENAL III	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer o campo de abrangência do Direito Penal com ênfase na análise dos delitos tipificados na Parte Especial do Código Penal e na Lei 6.368/76.• Efetuar análise da aplicabilidade do Código Penal nos limites dos tipos penais.• Compreender as perspectivas legislativas, bem como a aplicação das normas aos casos concretos relacionados ao Direito Penal.	
Ementa:	
<p>Análises dogmáticas, doutrinárias e jurisprudenciais dos tipos penais contra os costumes, família, paz, fé e administração pública, e dos tóxicos insertos na parte especial do Código Penal, com ênfase ao estudo de casos concretos e suas soluções.</p>	
Bibliografia Básica	
BITENCOURT, Cezar Roberto. Manual de Direito Penal . Vol. I. São Paulo: Saraiva, 2003.	
JESUS, Damásio Evangelista. Direito Penal Vol. I. São Paulo: Saraiva, 2003.	
PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro . Vol. I. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.	
MIRABETE, Júlio Fabrinni. Manual de Direito Penal . Vol I. São Paulo: Atlas, 2002.	
CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal . Vol. II, parte especial. São Paulo: Saraiva, 2000.	



Disciplina: DIREITO CIVIL V (FAMÍLIA E SUCESSÕES)	
Carga Horária Total: 160h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer a importância do direito de família para a formação da sociedade e do próprio Estado.• Examinar o direito de sucessões, analisando a importância das regras do Direito Civil a respeito do tema, para a circulação de riquezas e como forma do indivíduo garantir a manutenção de seus dependentes.• Reconhecer as mudanças sofridas pela sociedade civil e seus reflexos na legislação.	
Ementa:	
Aspectos legais, doutrinários, conceituais e principiológicos do Direito de Família e Sucessões contemporâneos, os preceitos constitucionais da dignidade da pessoa humana, proteção à criança, ao adolescente e ao idoso, com especial atenção às modificações inseridas pelo Código Civil de 2002.	
Bibliografia Básica	
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. 20 ed. V. 5. e V.6. São Paulo: Saraiva, 2005	
VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil – Direito das Sucessões. 5 ed. vols. VI e VII São Paulo: Atlas, 2005.	



Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO SIMULADO: PRÁTICA DE PROCESSO CIVIL I	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática: 80 h/a
	C/H teórica:
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Assimilar corretamente a forma de elaborar as petições.• Desenvolver o conteúdo da matéria fática e a de direito dos vários tipos processuais e procedimentais, quer nas iniciais, quer nas defesas, inclusive arrazoados recursais.• Conhecer as técnicas necessárias ao exercício da advocacia, do Ministério Público e da Magistratura, através da condução à identificação das diversas situações jurídicas inerentes a essas profissões.• Pesquisar corretamente as leis, a doutrina e a jurisprudência próprias para cada caso individualmente.• Desenvolver um reconhecimento da Organização Judiciária, como fonte de pesquisa para a definição da competência de primeiro e segundo grau de jurisdição.	
Ementa:	
<p>Elementos normativos, doutrinários e jurisprudenciais pertinentes à atuação prática do operador do direito na parte geral do processo civil em todas as fases do processo de conhecimento, desde a inicial até os recursos, incluindo noções de organização judiciária e ética profissional, uma vez que é através do processo que o direito material pode ser garantido.</p>	
Bibliografia Básica	
ASSIS, Araken de. Manual de Processo de Execução . 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.	
BATISTA DA SILVA, Ovídio A. Curso de Processo Civil . V. 3 São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.	
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Processo Cautelar . São Paulo: LEUD, 1999. 424 p.	
MARCATO, Antonio Carlos. Procedimentos especiais . São Paulo: Malheiros, 2000.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO SIMULADO: PRÁTICA DE PROCESSO DO TRABALHO	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática: 80 h/a
	C/H teórica:
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Atuar corretamente de acordo com a prática jurídica.• Participar de conhecimentos jurídicos reais para a vida e o trabalho, vinculados à sua área de formação, bem como a análise crítica dos mesmos.• Conhecer a prática do processo trabalhista, bem como os órgãos jurisdicionais que compõem o Poder Judiciário Trabalhista, com suas respectivas atribuições e competências.• Identificar as mais diversas situações jurídicas, dirimindo-as através de peças costumeiramente utilizadas no foro trabalhista.	
Ementa:	
Elementos normativos, doutrinários e jurisprudenciais pertinentes à atuação prática do operador do direito no processual do trabalho, uma vez que é através do processo que o direito material pode ser garantido, abordando a atuação prática do profissional do direito em todas as fases do processo do trabalho, desde a inicial, passando pela sentença e recursos até a fase de execução de sentença.	
Bibliografia Básica	
MARTINS, Sérgio Pinto. Curso de Direito do Trabalho . São Paulo: Atlas, 2001.	
MALTA, Cristovão Piragibe Tostes. Prática do Processo Trabalhista . São Paulo: LTR, 2001.	
SAAD, Eduardo Gabriel. Curso de Direito do Trabalho . São Paulo: LTR, 2000.	
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito Processual do Trabalho . São Paulo: Saraiva, 2001.	



Disciplina: DIREITO EMPRESARIAL II	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer a importância do Direito Comercial/Empresarial no mundo jurídico, sua aplicação prática, no contexto social atual, relacionando-o com os demais ramos do direito.• Desenvolver pesquisa e postura científica, para aperfeiçoamento e aprofundamento teórico do estudo do Direito Comercial.• Manusear documentos e elaborar contratos, bem como preencher títulos de créditos diversos, para a aplicação prática de tais conhecimentos no exercício da profissão de advogado, juiz ou promotor público.• Conhecer e discutir o procedimento falimentar, desenvolvendo conhecimento de forma crítica para atuar em questões de direito concursal.	
Ementa:	
O Direito Comercial, com ênfase em títulos de crédito e contratos comerciais.	
Bibliografia Básica	
BULGARELLI, Waldirio. Direito comercial . São Paulo: Atlas, 1999.	
DORIA, Dylson. Curso de direito comercial . São Paulo: Saraiva, 1998.	
REQUIAO, Rubens. Curso de direito comercial . São Paulo: Saraiva, 1998.	
COELHO, Fabio Ulhoa. Manual de direito comercial . São Paulo: Saraiva, 1999.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO REAL DE PRÁTICA JURÍDICA I	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática: 80 h/a
	C/H teórica:
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Desenvolver atividades jurídicas preponderantemente práticas, em situações e processos reais.• Reconhecer a importância da relação teoria-prática para a boa atuação profissional.	
Ementa:	
Atividades profissionais reais, mediante o atendimento de partes, pesquisa e elaboração de peças processuais e acompanhamento dos respectivos processos reais junto ao Serviço de Assistência Judiciária Gratuita da universidade ou junto a escritório de advocacia, órgão, entidade ou empresa pública ou privada, desde que credenciado junto à UNIPAR, para receber estágio real externo.	
Bibliografia Básica	
ASSIS, Araken de. Manual de Processo de Execução . 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.	
BATISTA DA SILVA, Ovídio A. Curso de Processo Civil . V. 3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.	
THEODORO JÚNIOR, Humberto – Processo Cautelar . São Paulo: LEUD, 1999.	
MARCATO, Antonio Carlos. Procedimentos especiais . São Paulo: Malheiros, 2000.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

5.ª Série

Disciplina: DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer os institutos ligados aos interesses difusos e coletivos.• Reconhecer a organização de grupos sociais como instrumento sociológico-jurídico adequado para defesa dos interesses que dizem respeito à sociedade como um todo.• Realizar pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais, de acordo com as tendências atuais do direito no que diz respeito à coletivização do processo e à efetivação da justiça social.	
Ementa:	
A natureza dos direitos difusos e coletivos, desde sua concepção histórica, principiológica, convergindo para os aspectos diferenciadores desses direitos, as diversas formas de sua manifestação e os aspectos processuais para sua satisfação.	
Bibliografia Básica	
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos Humanos Fundamentais . São Paulo: Saraiva, 1996.	
MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo . 7 ed. São Paulo: Saraiva, 1995. (esgotado)	
MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Interesses Difusos . 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL II	
Carga Horária Total: 160 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 160 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Compreender os diversos institutos de Processo Penal.• Manusear corretamente o Código de Processo Penal brasileiro.• Reconhecer as etapas e esquemas de defesas no Juízo Criminal.• Reconhecer a importância do formalismo dos atos praticados no processo penal, em face da natureza do bem jurídico objeto da <i>persecutio criminis</i>.	
Ementa:	
Os procedimentos criminais até a execução penal com ênfase nas diferentes formas de procedimentos, nas nulidades processuais, na sentença, nos recursos e na execução da pena.	
Bibliografia Básica	
FILHO, Fernando da Costa Tourinho. Processo Penal . São Paulo: Saraiva, 2000.	
FABRINI MIRABETTE, Julio. Processual Penal . São Paulo: Atlas, 2003.	
JESUS, Damásio E. de. Código de processo penal anotado . São Paulo: Saraiva, 2004.	
NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Desenvolver conhecimentos teóricos sobre cada tipo de procedimento e processos.• Reconhecer as regras gerais que norteiam cada inicial e sua contestação, suas especificidades e seus requisitos.• Conhecer a forma de conjugamento do Código de Processo Civil com os demais Códigos e as Constituições Federal e Estadual., inclusive com a criação de situações jurídicas controvertidas para cada caso a ser pesquisado.• Aprimorar a forma de discussão sobre os tipos de processo para subsidiar a vida profissional.	
Ementa:	
Aspectos gerais, conceituais e principiológicos dos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária do Direito Processual Civil, bem como dos processos da legislação esparsa.	
Bibliografia Básica	
MARCATO, Antonio Carlos. Procedimentos Especiais . 10 ed. São Paulo: Atlas, 2004.	
FUX, Luiz. Curso de Direito Processual Civil . 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.	



Disciplina: DIREITO CIVIL VII (RESPONSABILIDADE CIVIL)	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer a importância do instituto da responsabilidade civil no mundo atual, já que tem consequências em todos os ramos da atividade humana.• Analisar as evidências da responsabilidade civil como objetivo à restauração de um equilíbrio moral e patrimonial desfeito e a distribuição de uma justiça concreta e adequada.	
Ementa:	
Aspectos gerais, conceituais e principiológicos da obrigação de indenizar, a teoria geral da reparação, seu fundamento (ato ilícito, teoria da culpa e teoria do risco), seus aspectos subjetivos e quantitativos, suas tendências doutrinárias e jurisprudenciais.	
Bibliografia Básica	
CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de Responsabilidade Civil , 5 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.	
GONÇALVES, Carlos Roberto. Responsabilidade Civil . São Paulo: Saraiva, 2005.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO SIMULADO: PRÁTICA DE PROCESSO PENAL	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática: 80 h/a
	C/H teórica:
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Desenvolver conhecimentos práticos a fim de realizar peça ou atos processuais no âmbito do direito processual penal.• Realizar atividades práticas com instituições penais, a fim de conhecer a estrutura judiciária penal.• Reconhecer a necessidade da pesquisa doutrinária e jurisprudencial para bem desenvolver as atividades profissionais.• Reconhecer a importância da ética profissional como fator indispensável à valorização da profissão, frente aos próprios direitos e obrigações.	
Ementa:	
Elementos normativos, doutrinários e jurisprudenciais pertinentes à atuação prática do operador do direito no processo penal, em seus vários procedimentos, desde a fase do inquérito policial até a fase de execução da pena.	
Bibliografia Básica	
CAPEZ, Fernando. Curso de Processual Penal . São Paulo: Saraiva, 2000.	
MIRABETE, Júlio Fabbrini. Curso Completo de Processo Penal . São Paulo: Saraiva, 2003.	
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal . São Paulo: Saraiva, 2002.	
FREDERICO MARQUES, José. Tratado de Direito Penal , vol. 1 e 2, São Paulo: Saraiva, 2002.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO SIMULADO: PRÁTICA DE PROCESSO CIVIL II	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática: 80 h/a
	C/H teórica:
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Desenvolver uma visão geral da prática jurídica processual civil, analisando conteúdo de fato e de direito dos vários procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária.• Reconhecer as técnicas necessárias ao exercício da advocacia, do Ministério Público e da Magistratura, através da condução à identificação das diversas situações jurídicas inerentes àquelas profissões.	
Ementa:	
Elementos normativos, doutrinários e jurisprudenciais pertinentes a atuação prática do operador do direito no processo de execução e nos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária.	
Bibliografia Básica	
ASSIS, Araken de. Manual de Processo de Execução . 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.	
BATISTA DA SILVA, Ovídio A. Curso de Processo Civil . V. 03. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.	
THEODORO JÚNIOR, Humberto – Processo Cautelar . São Paulo: LEUD, 1999.	
MARCATO, Antonio Carlos. Procedimentos especiais . São Paulo: Malheiros, 2000.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: DIREITO TRIBUTÁRIO	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecer a importância do Direito Financeiro e Tributário em seus aspectos jurídico, sócio-econômico e político.• Conhecer os conceitos, a natureza jurídica, as características, os princípios <i>etc.</i>, dos diversos institutos do Direito Tributário, analisando seu enfoque prático.	
Ementa:	
Atividade financeira do Estado, abrangendo o direito financeiro, tributos, pagamento, cobrança e extinção.	
Bibliografia Básica	
BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Financeiro e Tributário . São Paulo: Saraiva, 1993.	
CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário . São Paulo: Saraiva, 1997.	
CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário . São Paulo: Malheiros, 1997.	
AMARO, Luciano. Direito Tributário . São Paulo: Saraiva, 1996.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: DIREITO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática:
	C/H teórica: 80 h/a
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Compreender e a importância do Direito Internacional no contexto mundial atual.• Analisar de forma crítica e aprofundada os novos contornos da área do Direito Internacional, a partir das transformações sócio-culturais contemporâneas.• Reconhecer a presença do Direito Internacional no dia a dia dos cidadãos e, por conseguinte, nas relações jurídicas.	
Ementa:	
O Direito Internacional como norteador das relações internacionais e atividade regulamentadora do comportamento dos Estados e demais agentes de integração global, as organizações internacionais de integração político-econômicas, o Mercosul, os mecanismos de solução de controvérsias no Direito Brasileiro em seus vários ramos.	
Bibliografia Básica	
MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de Direito Internacional público . 12. ed., Vol. 1. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.	
MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público . 12. ed., Vol. 2. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.	
RESEK, José Francisco. Direito Internacional Público . Curso Elementar. 9 ed. São Paulo: Saraiva. 2002.	
STRENGER, Irineu. Direito Internacional privado . 3. ed. São Paulo: LTr, 1996.	



UNIPAR
UNIVERSIDADE PARANAENSE
REITORIA

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR

Reconhecida pela Portaria - MEC. n.º 1580, de 09/11/1993, publicada no D.O.U de 10/11/1993

Mantenedora: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - APEC

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO REAL DE PRÁTICA JURÍDICA	
Carga Horária Total: 80 h/a	C/H prática: 80 h/a
	C/H teórica:
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">• Desenvolver atividades jurídicas preponderantemente práticas, em situações e processos reais.• Reconhecer a importância das atividades práticas para com o embasamento teórico da vida profissional.	
Ementa:	
Atividades profissionais, mediante o atendimento de partes, pesquisa e elaboração de peças processuais e acompanhamento dos respectivos processos reais junto ao Serviço de Assistência Judiciária Gratuita da Universidade ou junto a escritório de advocacia, órgão, entidade ou empresa pública ou privada, desde que credenciado junto à UNIPAR, para receber estágio real externo.	
Bibliografia Básica	
ASSIS, Araken de. Manual de Processo de Execução . 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.	
BATISTA DA SILVA, Ovídio A. Curso de Processo Civil . São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 3.	
THEODORO JÚNIOR, Humberto – Processo Cautelar . São Paulo: LEUD, 1999.	
MARCATO, Antonio Carlos. Procedimentos especiais . São Paulo: Malheiros, 2000.	

Local:	Data:
Francisco Beltrão	10 de dezembro de 2007

Coordenador (a) do Curso
(Assinatura e Carimbo)